

CARTA ABERTA

CO

TEATRO DOS ESTUDANTES

DA

UNIVERSIDADE DE

COIMBRA

1969 foi ano de intensa e válida actividade dos grupos de Teatro Universitário; tanto em Lisboa como em Coimbra e no Porto se produziu o que de melhor se apresentou na cena portuguesa. Os grupos de T. U. sabem que não poderão, sob pena de se desligarem das realidades que vivem, incluir no seu repertório peças que se destinem a iludir a verdade quotidiana; sabem que a função do Teatro feito por Estudantes é simultaneamente de inserção na própria sociedade e de denúncia e crítica das suas coordenadas ideológicas.

Mas sempre que as verdades se dizem há quem não goste de as ouvir; há quem, ao mesmo tempo que se diz defender os valores culturais, os vá apunhalando, directa ou indirectamente, servindo-se de tudo para aniquilar o pouco que se faz de bom, num tempo e espaço tão necessitados de autêntica cultura. Esses precisam de ser denunciados, precisam de ficar frente à grande massa para que, no ajuste das contas, se possa apurar quem foram afinal, os verdadeiros promotores da nossa cultura: se oprimidos, se opressores !

Os Organismos de T. U. de Coimbra têm vindo a ser vítimas de medidas repressivas arbitrárias: Primeiro o C.I.T.A.C. , com a proibição do espectáculo que iria apresentar no Ciclo que anualmente organiza; depois C.I.T.A.C. e T.E.U.C. , com a expulsão do País dos seus encenadores Ricard Salvat e Luís de Lima, sem que cometessem qualquer "crime" como se soube depois por parte das entidades responsáveis... E com esta facilidade as autoridades, mesmo antes de proceder a qualquer averiguação, expulsam do País quem o vinha enriquecer. Tudo arbitrário e injustificado, ao sabor do sem-se-saber-porquê !

Mais tarde o M.E.N. comunica a não homologação dos Corpos Gerentes do C.I.T.A.C. (bem como do Coro Misto), sem qualquer justificação. Mas os Estudantes estão habituados a estas atitudes que já não os intimidam. Adivinham-lhes as motivações; sabem que a firmeza com que se batem pelo que é justo não pode ser combatida face a face; sabem que quem não tem razão procura atingir o adversário pelas costas; mas também sabem que a verdade dos factos não está dependente de uma ou várias "pessoas"... Mas não ficaram por aqui as medidas repressivas com que as autoridades procuram por tabela, atingir a força e determinação do Movimento dos Estudantes de Coimbra. E novamente chegou a vez ao T.E.U.C. : depois de oito espectáculos realizados pela província, com " A Ilha dos Escravos " , entenderam os elementos do grupo que não deviam parar, não só porque qualquer grupo de T. U. vive economicamente dependente de subsídios que tem de justificar e garantir pelo seu prestígio, mas também porque o espectáculo foi reconhecido como válido, não só pela crítica, como pelo público que a ele assistiu.

Julgavam talvez as autoridades, que o nosso ânimo e vontade esmoreciam com a expulsão de Luís de Lima. Mas enganaram-se: quando a vontade é colectiva não se mata com tanta facilidade.

I - UMA CARTA DA CENSURA

Logo após a expulsão no nosso encenador recebemos uma carta da Censura informando-nos de que todo e qualquer espectáculo devia ser visado, para além da habitual e rigorosa (mas não escrupulosa !) censura de texto, com uma outra censura, esta ao próprio espectáculo no respectivo "ensaio de apuro", cuja data deverá ser comunicada à Direcção desses Serviços "com pelo menos cinco dias de antecedência". Acrescenta ainda a referida carta que "convém ainda tomar boa nota de que os ensaios em que os trajos e os cenários não estejam completos ou os artistas não se apresentem vestidos e caracterizados a rigor ou não se respeitem rigorosamente os cortes indicados acarretará a imediata invalidação do ensaio".

Não havia para os grupos de Coimbra tal precedente de censura prévia ao espectáculo. Assim, como facilmente se compreenderá, poderão os "inquisidores" com um não de momento, deitar por terra um trabalho que custou tempo, dinheiro e o melhor esforço de quem nele participa. Em posterior entrevista com o MEN fez a Direcção do TEUC sentir o seu total desacordo com essa medida, e, como habitualmente, o assunto ficou para estudo, naquela meditação de gabinete a que também já todos nos habituámos. Temos a certeza de que qualquer medida, seja qual for, será, pelo menos, "estudada"...

II - FESTIVAL DE TEATRO POPULAR EM COIMBRA

Em 2 de Junho de 1969 recebeu a Direcção do TEUC por carta, o convite para tomar parte no Festival de Teatro Popular, organizado pela Câmara Municipal de Coimbra, a realizar no Pátio da Inquisição de 5 a 13 de Julho.

Desde logo decidiu este Organismo dar a sua colaboração, até porque a finalidade desse festival ia de encontro, em certos pontos, ao nosso desejo de levar o Teatro absolutamente grátis até às camadas mais desprotegidas da população. Marcou-se, para estabelecer a data do nosso espectáculo, um encontro na AAC com o responsável pela organização do festival. Não tendo no entanto comparecido, só no dia seguinte pudemos, por instância nossa, ter a conversa desejada. Foi-nos então informado que participávamos demasiado tarde a nossa colaboração e que o programa já estava todo preenchido com outros grupos. Mas, por outro lado, soube-nos também que no dia 8 não haveria qualquer espectáculo e propusemos, em última diligência, a realização do nosso espectáculo nessa data. Ficámos então a saber, por que razão o dia 8 estava livre: era para não sobrecarregar o público... Esta a narração dos factos que dispensa qualquer comentário. Resta-nos a consolação de ficarmos desde logo convidados para o festival a organizar no próximo ano... Mas o TEUC gostaria de estar presente agora. Por isso mesmo envidará todos os esforços para apresentar, em idênticas condições, um espectáculo à cidade, mesmo que não seja no Pátio da Inquisição, nem no dia 8...

III - UMA IDA À JUDICIARIA

Encontram-se detidos alguns sócios do TEUC, um deles desempenhando na peça "A Ilha dos Escravos" um papel principal, e por isso mesmo mais dificilmente substituível. (1)

A Direcção do TEUC, à semelhança do que já fizera aquando da detenção pela PIDE do seu sócio Alberto Martins e do seu encenador Luís de Lima, deslocou-se à sede da P.J. a fim de se informar do estado e motivos de detenção dos referidos sócios. Recebidos, logo à entrada indelicadamente por um funcionário que mal nos ouviu, fomos imediatamente remetidos para o "chefe". Esse "chefe", berrando furibundo, ordenou a nossa saída imediata do edifício, mas não sem que antes exigisse a identificação e morada dos 5 elementos da Direcção ali presentes. Num confronto ligeiro com a P.I.D.E. verifica-se que a P.J. é uma filial muito mais mal educada. Nunca na P.I.D.E. os directores do Organismo foram mal recebidos, quando iam saber do estado dos seus sócios. A P.J. terá que rever os seus regulamentos. Lembramos apenas aos responsáveis por aquela corporação, que ao insultar a direcção deste Organismo, está a ofender um Comendador da Ordem da Instrução Pública, está a desrespeitar o mínimo que se pode exigir a duas pessoas que sabem falar e que é o responder educadamente.

A Direcção do TEUC notificou imediatamente S. Ex.^ª o M. E. N., bem como o Senhor Ministro da Justiça, chamando-lhes a atenção para "o modo inqualificável como os directores dum Organismo académico foram tratados". Não quer deixar também o TEUC de reprovar a

acção da F.J., que continúa no caminho da ilegalidade, prendendo estudantes que lá têm ido só para prestar declarações. Assim se passou com alguns sócios do TEUC. Ao Magnífico Reitor, numa audiência concedida à Direcção do Organismo, foi-lhe noticiada toda esta série de acontecimentos. O assunto, como de costume, não era do conhecimento do Magnífico Reitor; e cá ficámos mais uma vez, à espera de uma resolução que também temos a certeza, será pensada e "estudada"...

IV - O FESTIVAL DE THEATRO AMADOR NA COVILHÊ

Desde há muito que o TEUC assegurara a sua participação neste Festival. Por motivos de ordem técnica, não se pôde, todavia, realizar no princípio de Maio e daí para cá tem-se vindo a marcar várias datas. Acordou-se, finalmente, no dia 27 de Junho, o espectáculo estava definitivamente marcado. Recobemos depois a informação da parte dos organizadores, de que tinha sido proibido. Mais uma forma de repressão indirecta: não foi, é claro, o TEUC o visado directamente. A realização do FTA da Covilhê luta com imensas dificuldades económicas e sentirá mais duramente o golpe do que o TEUC. Mas sabemos qual é o verdadeiro objectivo a atingir.

Todavia, se as autoridades pensam que assim conseguem os seus fins, enganam-se. Agora toda a gente perguntará por que razão não vão os estudantes de Coimbra. A propaganda estava feita e todos sabem; os que não scubarem facilmente adivinham.

É difícil prever até onde irá este estado de coisas. Continuaremos, cada vez mais empenhados na nossa luta. Não cedemos um passo. Os responsáveis pela cultura em Portugal estão a vibrar golpes gravíssimos que só prejudicam o País. Ainda lhes resta uma medida última, e se a ela recorrerem, é porque estão desesperados, que é o encerramento dos grupos de Teatro Universitário.

O TEUC vai fazer 32 anos e não se maça um adulto, sem que, pelo menos, ele grite bem alto que o estão a matar. As entidades subsidiantes (caso da Fundação Calouste Gulbenkian) só poderão continuar a sua obra, se lhes forem dadas garantias mínimas, de que o seu investimento terá lucros. E quem menos nos subsidia é precisamente quem nos reprime!

É urgente que quem de direito, examine até que ponto a falta de visão de alguns pode destruir um trabalho que beneficiaria muitos.

Os manipuladores das marionetas terão que ver se o espectáculo pode continuar com bonecos de fios partidos!...

1 - Depois da redacção desta carta, tomámos conhecimento de que os sócios detidos, João Vilar e João Palla Lizardo, foram restituídos à liberdade, mediante caução de 12 500 000.

COIMBRA, 27 de Junho de 1969

T E U C em reunião de sócios